

Financiamento da educação básica, custo-aluno-qualidade e as relações intergovernamentais

The financing of basic education, quality cost per student and intergovernmental relations

Financiamiento de la educación básica, costo-alumno-calidad y las relaciones intergubernamentales

- ARAÚJO, Emílio L. P. *Descentralização da oferta e financiamento educacional no Brasil e no Chile: implicações das reformas dos anos 1980 e 1990*. Porto Alegre, 2005, 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A partir da análise dos movimentos das matrículas e dos gastos públicos educacionais no Brasil e no Chile, Araújo procura desmistificar a visão corrente de que as chamadas reformas educacionais obedeceram a uma ordem inquestionável, resultante das mudanças do capitalismo do fim do século e da reestruturação dos Estados nacionais. No Brasil, as matrículas privadas despencaram em 20 anos e, junto à municipalização do Ensino Fundamental e estadualização do Ensino Médio, a partir da segunda metade dos anos 1990, os municípios aumentaram sua participação no financiamento de 14% em 1980 para 39%, em 1999, com grande redução dos gastos da União. No Chile, desde 1980, a gestão das escolas foi transferida às municipalidades e, em 20 anos, as matrículas públicas diminuíram de 78 para 53%. No entanto, o Governo Nacional financia o sistema de subvenções às matrículas, aperfeiçoado nos governos da democracia e também responsável pelo grande crescimento das matrículas privadas. O trabalho analisa a constituição dos Estados nacionais e dos sistemas educacionais, e do contexto das reformas para compreender as diferenças das políticas educacionais realizadas nos países.

- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. *Município, federação e educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil*. São Paulo, 2005, 333 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

O objetivo da tese é traçar um quadro conceitual e histórico do processo de municipalização. O autor opta pelo aporte teórico da Ciência Política, em especial,

da idéia original de federação concebida pelos fundadores do federalismo norte americano (Madison, Hamilton e Jay), dos conceitos de democracia de Tocqueville e da idéia de federação total de Proudhon. Procura articular as questões referentes à municipalização do ensino com a organização do Estado e do pensamento político brasileiro. Ou seja, aborda os fundamentos das instituições políticas e municipais, de forma a superar o descolamento entre municipalização do ensino e a formação do Estado brasileiro e a sua organização política e administrativa. Conclui que o municipalismo, retomado na Constituição Federal de 1988, não atentou para os impactos políticos, financeiros e que isso teria acirrado ainda mais os conflitos federativos. As contradições entre município, federação e educação são a tônica, e não os impactos do processo de municipalização, abordagem comum nos vários trabalhos sobre essa temática. Enfim, expõe a complexa engenharia institucional acerca da descentralização municipalista, num momento em que grande parte dos trabalhos acadêmicos e a própria sociedade civil organizada apenas buscam compreendê-la.

- BASSI, Marcos Edgar. *Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do FUNDEF em sete municípios paulistas*. São Paulo, 2001, 265 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, PUC.

O trabalho de Bassi avalia o “sentido e o alcance” das mudanças efetivadas com o FUNDEF no Estado de São Paulo, através do estudo do financiamento educacional da capital, São Paulo, e mais seis municípios (Aguai, Alfredo Marcondes, Cubatão, Descalvado, Diadema, Itatiba), no período imediatamente anterior e posterior à instituição do Fundo. Utilizando como fonte de informações os documentos contábeis, estatísticas educacionais, a organização administrativa e informações sobre a situação do magistério local, o estudo identifica “um intenso processo de municipalização” num Estado onde os municípios, tradicionalmente, respondiam pela oferta de Educação Infantil. Na coluna das boas notícias, a tese comprova que melhorou a transparência da contabilidade pública educacional e um maior equilíbrio do gasto por aluno do Ensino Fundamental entre os diferentes municípios estudados. Essas constatações não escondem os subterfúgios nos registros contábeis, a indicar “má utilização e desvio de função”, assim como diferenças gritantes nos gastos por aluno.

- BERNARDO, Gertrudes Angélica Vargas. *Afinal de contas, é possível responder quanto custa uma educação infantil de qualidade?* Uma pergunta leva a muitas outras! Porto Alegre, 2006, 154 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa aborda aspectos importantes para os estudos sobre a relação entre os custos educacionais e a qualidade da educação. O objetivo desta dissertação

é oferecer subsídios para uma reflexão sobre os custos de uma educação infantil com condições de qualidade. A autora discute as relações existentes entre o custo-aluno-ano em duas instituições de educação infantil (uma escola de educação infantil comunitária conveniada com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e outra instituição de educação infantil particular) e as condições de qualidade encontradas nas mesmas. Esta pesquisa foi realizada no ano de 2005, e baseou-se em termos teórico-metodológicos na pesquisa denominada “Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade” organizada pelo INEP. Embasada nas estimativas de custo-aluno-ano obtidas na pesquisa, a autora apresenta uma análise das condições de qualidade encontradas, levando em consideração os critérios, dimensões e indicadores estabelecidos na própria pesquisa para avaliar a qualidade e aspectos específicos do ordenamento legal relativo a esta etapa da educação básica no município de Porto Alegre. Para embasar esta pesquisa esta dissertação em seu quarto capítulo aborda também aspectos sobre o surgimento e construção do conceito de infância na modernidade, o processo de institucionalização da infância principalmente no Brasil, problematizações sobre o conceito de qualidade na educação.

- CAMARGO, Rubens Barbosa de; OLIVEIRA, João Ferreira de; CRUZ, Rosana Evangelista da; GOUVEIA, Andréa Barbosa (Org.). *Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: problematização da Qualidade em Pesquisa da Qualidade em Pesquisa de Custo-Aluno-Ano em Escolas de Educação Básica*. Brasília: INEP/MEC, 2006.

Parte da pesquisa *Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade*, organizada pelo INEP e realizada por pesquisadores em nove estados, o relatório é uma “contribuição” para a síntese do conceito de qualidade que foi desenvolvido nos relatórios estaduais da mesma pesquisa. O estudo de aspectos quantitativos – alunos por turma, número de professores e funcionários, folha de pagamento, material de consumo e material permanente, etc – identificaram o custo-aluno-ano de 95 escolas de diferentes níveis de ensino e a importância de cada um desses indicadores na definição do padrão de qualidade. Ao problematizar o conceito de qualidade e as descobertas das pesquisas estaduais, o relatório acentua um amplo conjunto de “elementos objetivos” que contribuem para uma “boa educação escolar”, exigindo assim que se fale de “conjunto de qualidades”. Demonstra, ainda, que o custo-aluno-ano encontrado é determinado, em grande medida, pelas desigualdades econômicas regionais, o que distancia muitas das escolas pesquisadas de um padrão mínimo de qualidade a ser perseguido para a educação brasileira.

- CRUZ, Rosana Evangelista da. *Banco Mundial e Política Educacional: O projeto Nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2005.

Esta obra aborda aspectos sobre parceria entre os entes federados e organismos internacionais para o financiamento de programas da manutenção e desenvolvimento do ensino público. A autora apresenta uma pesquisa sobre o empréstimo realizado pelo Banco Mundial ao Brasil para as primeiras séries do Ensino Fundamental dos estados nordestinos, através do II e III Projetos Nordeste implementados entre 1994 e 1999. Este projeto teve como objetivo melhorar a qualidade do ensino nas primeiras séries do ensino fundamental das redes estadual e municipais de educação. Este trabalho busca compreender as determinantes fundamentais da implementação do Projeto Nordeste para a Educação Básica no Piauí. A obra é subdividida em seis capítulos, o primeiro traz uma revisão bibliográfica sobre o contexto de implementação das propostas de cooperação internacional e sobre o histórico do Banco Mundial, o segundo apresenta o histórico das discussões realizadas no âmbito dos governos federais e estaduais no processo de negociação do referido projeto, o terceiro apresenta o desenho final do processo de implementação e da avaliação do Projeto Nordeste, o quarto traz um panorama geral da situação socioeconômica, política e educacional do Piauí, o quinto apresenta a reconstrução do processo de implementação do Projeto Nordeste no Piauí e o sexto capítulo aborda a relação estabelecida entre os diferentes agentes envolvidos no processo de implementação deste Projeto.

- DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. *Sistemas Públicos de Educação Básica e Relações Intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino*. Niterói, 2003, 209 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

O objetivo dessa tese é apreender os mecanismos reais de efetivação do regime de colaboração estabelecido na Constituição Federal de 1988. Foca, portanto, as relações intergovernamentais que fundamentam o financiamento público da educação básica. E para isso, a autora aborda: a) o sistema público descentralizado brasileiro e o papel central e fundamental da União; b) os procedimentos de cooperação entre os entes federados; c) a influência das medidas do financiamento da educação para a promoção de uma maior igualdade intersistemas, em especial o Fundef nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Preocupa-se em discutir a natureza essencialmente política das relações entre os sistemas de ensino, com vistas a compreender o acesso, a permanência e a (des)igualdade de oportunidades, principalmente no âmbito dos governos locais. Duarte também situa a reflexão sobre a organização do sistema educacional como espaço/tempo de formação humana numa sociedade plural e democrática a partir da perspectiva habermasiana. E, por fim, adota parte do pensamento anisiano acerca da configuração do sistema público para discutir as atuais reformas, principalmente as realizadas após a LDB de 1996 e que impactaram a autonomia dos sistemas de ensino.

- FARENZENA, Nalú. *A Política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Esta obra se constitui em um inventário das diretrizes e bases do financiamento da educação básica do Brasil, estabelecidas a partir da Assembléia Constituinte de 1987-88 à reforma constitucional ocorrida em 1996. Constitui-se assim, num relevante estudo sobre o financiamento da educação básica brasileira. O livro se estrutura em três partes: o contexto político brasileiro nas décadas de 80 e 90; as bases conceituais do ordenamento constitucional-legal do financiamento da educação básica; o processo de produção e a descrição e análise das proposições da legislação. O tema central é as diretrizes da política de financiamento da educação básica brasileira, mais especificamente, as diretrizes estabelecidas no ordenamento constitucional e legal, buscando analisar a forma que foi construído este ordenamento que estabelece as diretrizes para o financiamento da educação básica brasileira. O objeto de análise foi o conteúdo das proposições e textos legais referentes às diretrizes e bases do financiamento da educação básica, tendo como meta interpretar suas implicações para a configuração das competências e da colaboração entre as esferas de governo no financiamento da educação básica. Permeando a análise legal está presente o contexto político brasileiro do período focado e o contexto de formulação do ordenamento, que leva em consideração os processos, e atores envolvidos na produção legal, com suas respectivas propostas para tal ordenamento.

- FARENZENA, Nalú (Org.). *Custos e condições de Qualidade da educação em escolas Públicas: aportes de estudos regionais*. Brasília: INEP/MEC, 2005.

Esta coletânea compõe-se de artigos que apresentam os resultados das pesquisas referentes ao custo-aluno/ano e de aspectos referentes à organização e gestão escolar organizada pelo INEP/MEC, realizadas em escolas públicas de Educação Básica de oito estados brasileiros – Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este estudo teve como meta analisar detalhadamente, os principais componentes do custo-aluno em instituições públicas de ensino que oferecessem as diferentes etapas e modalidades da educação básica e investigar as principais características organizacionais e de gestão que pudessem estar relacionadas com a qualidade do ensino, para que possa ser estabelecido um padrão básico de escola que permita a gestores governamentais planejar implementar as políticas do setor educacional. Os objetivos comuns aos oito estados era: levantar e analisar as fontes de recursos de escolas públicas e os principais componentes do custo-aluno num período de doze meses; levantar e analisar as principais características das escolas, em especial no que se refere à organização e à gestão escolar; subsidiar o Governo Federal e administrações públicas em geral, no estudo das necessidades de financiamento público à educação a partir do custo-aluno apurado nas instituições;

avaliar as relações e implicações do custo-aluno nas condições de qualidade do ensino oferecidas pelas escolas.

- FERNANDES, Maria Diléia Espíndola. *Políticas públicas de educação: o financiamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1991 a 1994)*. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP.

Tendo como contexto a singular experiência de gestão do sistema educacional por um grupo que, a partir de um documento intitulado *Uma proposta de educação para MS – educação pública e democrática*, buscava sintetizar reivindicações históricas dos educadores do Estado, Fernandes analisa os limites que a gestão financeira dos recursos educacionais impõem à democratização da educação. O estudo analisa o financiamento sob o enfoque da democratização e da descentralização educacional, tanto no âmbito do sistema como, privilegiadamente, sob a perspectiva de práticas de autonomia escolar. A ampliação das fronteiras de exercício da democracia, com a desconcentração dos órgãos intermediários do Executivo, a eleição de diretores e a constituição de conselhos escolares, na análise da autora, não alcança seu objetivo quando a autonomia financeira das escolas, e da própria Secretaria de Educação, é restringida pelo controle do orçamento da educação por parte de técnicos da Fazenda sob a coordenação do Governador. O trabalho mostra dados e os analisa, identificando que sequer o percentual mínimo de 30%, vinculado à educação, foi cumprido naquele período.

- FERNANDES, Solange Jarzem. *Política de Financiamento da Educação: o custo/ aluno de duas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 2006, 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

O objetivo dessa pesquisa é verificar quanto o poder público gasta, efetivamente, na unidade escolar e comparar o valor com os parâmetros estabelecidos pela política de financiamento do ensino público. Para a composição dos custos, adotou-se: salário docente e não-docente; material permanente e de consumo; merenda escolar; livro didático; valores gerados pela APM; outros serviços. Os dados foram coletados em duas escolas da rede estadual pública do Estado do Mato Grosso do Sul. Um importante aspecto do trabalho é a breve comparação do custo-aluno previsto pelo Estado com o que, de fato, é investido na escola. Isso pode resultar diferenças marcantes, devido ao tipo de gestão dos recursos públicos da educação e das características da própria escola. Fernandes sustenta ainda que as metodologias de custo aplicadas à educação são limitadas, tendo em vista que a escola se diferencia do setor produtivo. Tal problema exige esforço para o estabelecimento de metodologias que atendam às especificidades do setor educacional,

em especial a escola. Mas a questão é: como criar uma metodologia que respeite os complexos processos subjetivos, repletos de relações humanas, sem perder a necessária objetividade de dados e resultados? Enfim, como mensurar o invisível e mostrar o visível de forma dos custos?

- FRANÇA, Magna. *Gestão educacional nos anos 90: um estudo sobre a descentralização financeira*. Natal, 2001, 1 v, 217 p. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Gestão educacional nos anos 90: um estudo sobre a descentralização financeira é um trabalho que analisa as diretrizes formuladas para o Ensino Fundamental relativas à gestão educacional dos anos 90, com destaque para a dimensão financeira que compreende um conjunto de estratégias sobre aspectos referentes ao financiamento da Educação inseridas no contexto da Reforma do Estado brasileiro. Inclui um exame dos documentos oficiais e legislações do governo federal, concernentes a essa proposta de financiamento para os Estados e Municípios. Destaca a descentralização no sistema estadual do Rio Grande do Norte, especificamente a partir de 1995. Investiga pelo eixo financeiro a descentralização dos recursos do Salário-educação da Cota Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola, coordenado pelo FNDE/MEC, e do Salário-educação da Cota Estadual oriundo da Secretaria de Estado da Educação. Esse repasse diretamente para a escola se dá através da Unidade Executora, a Caixa Escolar, mecanismo instituído pela Resolução n. 001/95, da SECD/RN, visando proporcionar melhores condições de manutenção ao Ensino Fundamental. Analisa a experiência em escolas estaduais de Natal, Rio Grande do Norte, buscando estabelecer os nexos existentes entre as diretrizes propostas de descentralização financeira e sua operacionalização. Os resultados do estudo apontam que as Caixas Escolares estão gerindo os recursos de conformidade com as normas legais, embora ocorram dificuldades de ordem administrativa e burocrática na sua aplicação. Professores, técnicos, alunos e pais avaliam os poucos recursos oriundos das duas fontes de financiamento assinaladas, a inexistência de parcerias e a frágil participação dos pais no gerenciamento dos recursos. Informam, porém, que a gestão descentralizada dos recursos pelas escolas aumenta a capacidade técnica dos gestores, reforçando as condições internas de trabalho, proporcionando responsabilidades coletivas participativas como desafio à autonomia a ser conquistada em um processo gradativo. Em suma, essa política de financiamento para o Ensino Fundamental, mantendo a dependência da Unidade Executora ao centro do sistema, se constitui mais em um movimento de desconcentração do que propriamente descentralização, entendida como elemento dinamizador da democratização do processo de tomada de decisão no âmbito das unidades escolares.

- GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira. *Financiamento da Educação. O FUNDEF na educação do Estado do Pará: Feitos e Fetiches*. São Paulo, 2004, 361 p. Tese (doutorado em educação), Faculdade de Educação, USP.

Gemaque analisa aspectos do “arranjo financeiro” instituído com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), a partir de sua efetivação nas duas maiores cidades do Estado do Pará, a capital, Belém, e Santarém. Para desenvolver o trabalho, a autora se concentra nos dados que apontam as “disparidades” dos recursos por aluno e na capacidade de atendimento dos diferentes municípios, bem como a opinião de secretários de educação e de finanças, de conselheiros do FUNDEF, de diretores e professores. No Estado do Pará, o primeiro a implantar o FUNDEF, no segundo semestre de 1997, houve uma importante transferência de recursos do governo estadual para os municípios, acentuada pela municipalização do Ensino Fundamental, reduzindo a desigualdade de recursos por alunos, entre os municípios. No entanto, isso não esconde as iniquidades que persistem naquele Estado, como a redução das matrículas de Educação Infantil e a ausência do Estado na ampliação das matrículas de Ensino Médio. Mais grave, o estado continuou tendo um dos menores gastos *per capita* do Ensino Fundamental no país, o que mostra que o FUNDEF, nacionalmente, não alcançou o objetivo prometido de equalizar as grandes desigualdades regionais.

- GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura (Org.). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: Ed.da UFPR, 2006.

Este livro reúne artigos referentes ao financiamento da educação oriundos do I Colóquio Nacional de Financiamento da Educação, ocorrido em junho de 2005 na Universidade Federal do Paraná. O livro subdivide-se em cinco partes que trazem temáticas significativas sobre financiamento da educação brasileira. Na terceira parte é abordada a temática custo-aluno qualidade, contendo artigos de pesquisadores que participaram da pesquisa financiada e organizada pelo INEP/MEC e desenvolvida em oito estados brasileiros, denominada “Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade”. São apresentados cinco artigos que tem como temática: o contexto legal brasileiro evidenciando que há condições de se chegar a um custo-aluno que se assegure um padrão mínimo de qualidade; o conceito de custo econômico e os resultados nacionais da pesquisa já mencionada; os resultados desta pesquisa no Estado de Goiás; elementos da metodologia da pesquisa em questão e parte dos resultados da pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul, destacando os custos educacionais de algumas escolas públicas do RS que oferecem educação básica com condições de qualidade; os dados, processos e análises da pesquisa sobre custo-aluno-ano em escolas com condições de qualidade no Estado de São Paulo. O livro ainda apresenta interessan-

tes discussões sobre financiamento da educação em mais quatro blocos abordando aspectos referentes ao campo de pesquisa em financiamento da educação, a política de fundos no financiamento da educação brasileira, as dificuldades e os limites de transparência no uso dos recursos para a educação e a temática público/privado e o financiamento da educação, apresentando mecanismos de descentralização que incorporam relações tipicamente privadas na organização do ensino.

- GRANADO, E. G. A. *FUNDEF na municipalização do ensino em São Paulo: estudo de caso no município de Junqueirópolis*. Marília, 2003, 135 p. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

O processo de municipalização vem se conceituando como transferência de funções do governo Federal e Estadual para o município. Trata-se da descentralização. Configura-se como retirada do poder de um eixo central, transferindo-o para a periferia. No caso, o Estado transfere a administração da educação para o município. Ao município consiste a gestão, a gerência, ou seja, a administração das questões referentes ao ensino. Assim, a história da educação brasileira oferece inúmeras oportunidades de ampliação de conhecimento. Nesta perspectiva, o presente estudo buscou reconstruir a trajetória histórica de implantação da municipalização do ensino no município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, evidenciando as principais mudanças no âmbito do ensino após a sua implantação. Tendo em vista a pesquisa realizada, as entrevistas e os questionários, comprovadamente, nota-se uma municipalização que vem dando resultados efetivos, com melhoria na qualidade de ensino. As escolas apresentam melhor estrutura física, mais recursos didáticos e seus professores estão motivados o que conseqüentemente implica em melhorias no processo ensino-aprendizagem dos alunos da rede municipal de Junqueirópolis. Percebe-se, também, compromisso ético dos administradores municipais, para com a educação no município. Claro, não se pretende generalizar. Trata-se de um resultado com tempo e espaço demarcados: município de Junqueirópolis, de 1998 a 2002.

- GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. *A Política de municipalização do ensino fundamental no estado do Pará e suas relações com a reforma do estado*. Belém, 2005, 251 p. Dissertação (mestrado em educação), Centro de Educação, Universidade Federal do Pará.

O estudo focaliza a política de Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará e suas relações com a Reforma do Estado a partir da análise da proposta de Municipalização do Ensino Fundamental no Pará, compreendida como parte das políticas de descentralização de gestão educacional, desencadeadas a partir da década de 1990. O objetivo principal desse estudo foi tentar estabelecer possíveis nexos entre a política de Municipalização do Ensino e a proposta de gestão

gerencial propugnada na Reforma do Estado. A pesquisa demonstrou que a política de descentralização e modernização gerencial preconizada pela Reforma do Estado tem orientado as políticas de descentralização e de focalização do financiamento da educação tais como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, que pelas suas características tem induzido à municipalização do ensino fundamental no Brasil, especialmente no Estado do Pará. A proposta de municipalização por parte do governo estadual conta atualmente com a adesão de 67,1% dos municípios e tem como meta universalizar esse processo nos cento e quarenta e três municípios até o ano de 2007.

- JUNIOR, Luiz de Sousa. *Financiamento da educação: os impactos do FUNDEF na educação básica do Estado da Paraíba*. São Paulo, 2003. Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação, USP.

Objetivando identificar as repercussões do FUNDEF na evolução da matrícula e na valorização do magistério, Junior estuda as mudanças no processo de gastos públicos educacionais e dos indicadores de gasto por aluno da rede estadual de ensino da Paraíba e de mais quatro municípios paraibanos, tendo como cenário as reformas dos Estados, em curso no final do século passado. Dentre os resultados mais significativos, apontados pelo autor, estão a municipalização das matrículas de Ensino Fundamental e a transferência de recursos do estado para os municípios, o aumento, ainda insuficiente, dos padrões de remuneração dos professores, o aumento das matrículas de Ensino Médio e a restrição das matrículas de Educação Infantil e de Educação de Jovens e Adultos, além da prática sistemática da contabilização de recursos de diferentes níveis de ensino, no Ensino Fundamental, como forma de comprovar as exigências constitucionais. O trabalho conclui que a política de financiamento expressa pelo FUNDEF não conseguiu “promover uma política nacional de equidade” educativa.

- MENEZES, Janaína Specht da Silva. *O financiamento da educação no Brasil: o Fundef a partir do relato de seus idealizadores / Janaína Specht da Silva Menezes*. Porto Alegre, 2005, 310 p. Tese (doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O objetivo da tese é sistematizar e analisar o processo que abarca da concepção à implementação do FUNDEF. O diferencial é que Menezes faz isso, segundo os seus idealizadores. Para tanto, entrevistou os principais atores do Ministério da Educação, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso. A autora destaca que essa pesquisa pode suprir parte da lacuna deixada pelos idealizadores do Fundo, no que se refere à sistematização do processo de criação e implementação. Menezes, na verdade, desvela os rumos da gestão ministerial de 1995 a 2002, por intermédio

da análise da formulação, aprovação, regulamentação e implementação do FUNDEF. Destaca e discute fatos interessantes, tais como: desconhecimento por parte dos idealizadores acerca do processo histórico do Fundo; e os embates entre a equipe do MEC e a Fazenda, mostrando que o FUNDEF não era consenso no governo FHC, como muitos querem fazer crer. Enfim, ao contrário da significativa gama de trabalhos que se basearam no pensamento daqueles e daquelas que se opuseram ao Fundo, a tese expõe o que talvez seja a mais importante política pública de financiamento da história brasileira com base e a partir de vozes que estiveram no comando dos últimos atos antes da aprovação da EC n. 14/96.

- MOREAU, Sabrina Ferreira. *Itinerários da educação infantil: políticas de financiamento, oferta e atendimento em Porto Alegre e Viamão*. Porto Alegre, 2005, 141 p. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta dissertação aborda as políticas de financiamento, oferta e atendimento de educação infantil desenvolvida em dois municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre e Viamão. O objetivo deste estudo foi identificar as estratégias que os municípios em questão passaram a implementar nos últimos anos, principalmente com relação à aplicação de recursos públicos na educação infantil, para promoverem esta etapa da educação básica, ou seja, que ações estes municípios desenvolvem para ofertar a educação infantil. A pesquisa leva em consideração as mudanças na legislação brasileira, em especial a nova configuração das relações entre os entes federados frente ao financiamento da educação. Os níveis de abrangência da pesquisa são: o ordenamento legal e normativo dos municípios, políticas municipais de oferta e de atendimento da educação infantil, dados estatísticos de oferta e dados das finanças públicas. Segunda a autora, as análises realizadas evidenciam que, em ambos os municípios, nos últimos anos, o volume de recursos destinados à educação infantil tem crescido, mas também apontam para as diferentes formas de promover e expandir a educação infantil, sem a existência de um modelo de financiamento específico.

- PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

Esta obra aborda as conseqüências para a educação da redefinição do papel do Estado na década de 1990, no Brasil. Aspectos relevantes sobre os processos de centralização e descentralização, abordando a definição de competências entre os entes federados são apresentados. O objetivo da pesquisa foi verificar o modo como se materializou, na política educacional, as redefinições do papel do Estado nos anos de 1990, utilizando como base para análise projetos de autoria dos poderes Executivo e Legislativo brasileiros, adotando como focos o financiamento, a avaliação

institucional e os parâmetros curriculares nacionais. A obra mostra que os projetos de política educacional indicam um processo de centralização por parte do governo federal, do controle ideológico da educação por meio dos parâmetros curriculares nacionais e da avaliação institucional, e concomitantemente um processo de descentralização da oferta e dos recursos, inclusive desobrigando a União para com o financiamento da educação básica.

- RIBEIRO, Josete Maria Cangussú. *O FUNDEF em Mato Grosso, colbendo frutos e reparando arestas: estudo dos efeitos do FUNDEF sobre as funções docentes e qualificações do magistério*. Porto Alegre, 2002, 232 p. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesta dissertação são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa referente aos efeitos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério sobre as funções e a qualificação docente no contexto do regime de colaboração entre a esfera estadual e municipal no âmbito nacional e no Estado de Mato Grosso. A pesquisa apresenta uma investigação sobre os impactos do FUNDEF sobre as funções e a qualificação docente, no processo de expansão de matrículas, especialmente no ensino fundamental em âmbito municipal. Os dados utilizados para este estudo forma: o número de matrículas e de funções docentes; a qualificação dos docentes em exercício nas etapas e modalidades de ensino. A partir destes dados foi realizada uma análise sob a ótica da política de financiamento e de gestão dos diferentes modelos do regime de colaboração. A autora busca, portanto, com esta dissertação apresentar qual era a atual configuração da política administrativa entre as esferas governamentais, na oferta da Educação Básica e os seus efeitos sobre a valorização do magistério.

- SILVA, Francisco José da. *Formulação, implementação e resultados do Fundef: um estudo acerca das orientações da CNTE*. Brasília, 2003, 152 p. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

O objetivo da pesquisa é identificar e analisar as percepções, críticas e propostas de alternativas da CNTE ao Fundef, no que se refere à concepção, à implementação e aos resultados do Fundo, através de análise documental e entrevistas com dirigentes e assessores da entidade. Foram identificadas críticas de caráter empírico e doutrinário, o que possibilitou uma abordagem mais rigorosa sobre o tema. O estudo desvela o alto nível de discussão, envolvimento e percepção da entidade sindical acerca das questões referentes à educação. Talvez o maior destaque seja o fato da Confederação defender um custo-aluno baseado em “insumos necessários a uma aprendizagem de sucesso”, o que sugere rejeição da expressão “padrão mínimo

de qualidade”. Contudo, a pesquisa mostra também alguns equívocos da entidade (a comparação dos 8 estados mais ricos com os 8 mais pobres; a crítica à exclusão dos alunos especiais atendidos em escolas filantrópicas). O autor, com base no discurso da CNTE da necessidade de aumentar o percentual do Produto Interno Bruto aplicado em educação, procura construir argumento que supere a dicotomia aumento de verbas versus melhor gerenciamento. E, por fim, Silva desenvolve breve tentativa de classificar o FUNDEF como política pública.

- VERHINE, Robert E. *Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: custo-aluno-qualidade em Escolas de Educação Básica*; Brasília: INEP/MEC, 2006.

O relatório analisa as tendências gerais de custo-aluno identificadas a partir do banco de dados da pesquisa constituído pelos levantamentos de oito dos nove grupos estaduais participantes. São consideradas duas dimensões na análise desenvolvida: o custo-aluno-ano de “manutenção do ensino”, que calculou os insumos indispensáveis para o funcionamento escolar e o custo-aluno-ano “econômico”, que considera a manutenção, o desenvolvimento do ensino e o custo da merenda escolar. Além de apontar os custos maiores nas escolas localizadas nas zonas urbanas das capitais, encontra correspondência entre custos mais altos nas escolas dos estados com renda per capita maior. Coerentemente, identifica nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, as escolas com os custos menores, às quais se somam as escolas do estado de Minas Gerais. O relatório procura apontar indicadores de “economia de escala” associados ao custo-aluno, dos quais o número de alunos matriculados é apontado como o mais significativo, o que justifica o custo-aluno maior de escolas municipais de pequeno e médio porte, situação oposta das escolas com grande número de alunos.

📧 PATRÍCIA MARCHAND é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e tutora do Curso de Pedagogia a Distância da mesma Universidade; Mestre em Educação pela UFRGS. E-mail: patymarchand@gmail.com.

📧 FRANCISCO JOSÉ DA SILVA é professor de educação básica na rede pública do Distrito Federal; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. E-mail: manoonam2br@yahoo.com.br.

📧 EMÍLIO ARAÚJO é professor da Educação Básica e professor substituto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro; doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: emilio_araujo13@hotmail.com.